

Um elefante dentro de casa

No projeto de Constituição apresentado ontem, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, consagra de forma quase irreversível o parlamentarismo como o sistema de Governo a ser adotado no Brasil a partir de março de 1988. Surpreendentemente, o relator propôs a implantação imediata do novo regime, contrariando a expectativa dos próprios parlamentaristas. A ainda na sexta-feira à noite, alguns dos principais líderes parlamentaristas previam que o relator fosse acolher em seu projeto a fórmula gradualista sugerida pelo senador José Richa, através da qual dispositivos importantes do novo regime ficariam suspensos durante o ano que vem.

A preocupação dos parlamentaristas era a de preservar os poderes do presidente Sarney durante o primeiro ano de implantação do parlamentarismo. Assim, o primeiro-ministro indicado pelo Presidente, logo após a promulgação da nova Carta, não precisaria ser referendado pelo Congresso. Da mesma forma, ficariam sem efeito, durante o ano de 88, dois dispositivos que se equivalem no regime parlamentar: de um lado, o poder do Congresso de censurar o Ministério; e de outro, o poder do presidente da República de dissolver o Congresso.

Por que teria o relator optado

pelo parlamentarismo já? Num primeiro momento, convém destacar a sua indiscutível capacidade de surpreender a todos, como se estivesse participando de um jogo de suspense político cujo final só ele poderia prever. Assim, valendo-se das prerrogativas do cargo, o deputado Bernardo Cabral consegue surpreender ao mesmo tempo o presidente da República, o deputado Ulysses Guimarães, e até algumas lideranças que ajudaram a elegê-lo relator, como o senador José Richa.

Chegam a imaginar alguns presidencialistas mais exaltados que a opção do relator irá favorecê-los na Comissão de Sistematização. Eles raciocinam com o argumento de que a cada ação corresponde uma reação. Neste sentido, a opção "radical" do relator poderia levar alguns parlamentaristas a engrossarem o cordão dos presidencialistas, estimulados pelos laços que os aproximam do Governo e do presidente Sarney. O argumento faz sentido, mas não se deve perder de vista que a opção parlamentarista do relator, de tão categórica, dificilmente permitiria mudanças no sistema através de simples emendas aprovadas na Comissão. O relator chega ao cúmulo de comparar o regime parlamentar à Federação e República, proibindo que emendas do

Congresso possam modificar, no futuro, esses princípios que ele pretende ver eternizados na nova Constituição.

Mais correta parece ser a análise de parlamentaristas como o deputado Cid Carvalho, do PM-DB do Maranhão, político dos mais ligados ao presidente Sarney. Apesar de sua solidariedade ao Governo e ao mandato do presidente, que ele gostaria de manter na sua integralidade no ano que vem, Cid Carvalho explica que a situação presente lembra a história do homem que se viu obrigado, de repente, a conviver com um elefante em sua própria casa. Ao propor o parlamentarismo já, o relator Bernardo Cabral teria colocado uma espécie de elefante na casa dos presidencialistas, criando um quadro de desconforto que poderá ser amenizado nos próximos dias, na Comissão de Sistematização.

Observa o experiente deputado que os parlamentaristas poderão se unir, agora, em torno de uma emenda que permita a implantação gradual do parlamentarismo, com um mandato de seis anos para o presidente Sarney. Esse acordo corresponderia, mais ou menos, a substituir o elefante por um camelo: ainda incomodaria um pouco os condôminos presidencialistas, mas o desconforto seria bem menor.